

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagos de 02.12.2024
Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Lagos
para 2025
Declaração de voto

O documento das GOP e plano plurianual de investimentos, apresentado, tem ligeiras alterações resultantes das propostas apresentadas pelas diferentes forças políticas, o que representa uma evolução face a 2024, assim como a integração dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável com a referência às medidas que os integram.

Continua no entanto a ser um documento generalista e que é essencialmente um conjunto de intenções que depois não se encontram suportadas nos quadros descritivos das verbas.

Em relação à habitação, após 8 anos sem entrega de qualquer habitação, neste mandato, finalmente foram entregues as primeiras 17 casas, mas apesar das inúmeras referências, de facto durante o ano de 2025 a previsão é de serem entregues 12 casas. No entanto não foram integradas as propostas: compromisso de aplicação de 10% do IMT para habitação social, não foi considerada isto apesar do reconhecimento de que este processo deveria ter sido contínuo e regular. Outra inconsistência prende-se com a referência à área de reabilitação urbana de Lagos como uma medida positiva, mas existe a recusa de alargar este modelo para as Freguesias. Como ponto positivo finalmente temos a Carta Municipal de habitação, proposta apresentada há cinco anos pela CDU, e que finalmente agora se encontra em fase de discussão pública, esperando a execução das ações previstas.

Na área da educação apesar de ter sido apresentada como solução para a sobrelotação das escolas do 2.º e 3.º ciclos a ampliação da escola Básica das Naus e da Escola E.B 2/3 Tecnópolis, que continua a não apresentar qualquer resposta para outro problema que é a cobertura do pré-escolar público.

Na área do desporto uma das medidas prevê, mais uma vez, a cobertura de um dos campos de jogos da Escola Secundária Júlio Dantas, e mais uma vez sem verba atribuída no orçamento, não sendo explicado porque a opção de cobrir um espaço não foi integrada na ampliação da Escola das Naus.

Refere-se ao apoio às famílias e alunos, mas recusa-se a proposta da oferta dos livros de fichas de exercícios aos alunos, tal como é feito nos outros municípios das Terras do infante.

Em relação aos idosos apesar da referência à proteção e ao combate ao isolamento social, não houve espaço para acolher a Oficina solidária (Aprovada) nem a teleassistência.

Vamos continuar a alargar a Polícia Municipal sem ter feito um balanço da sua ação e do cumprimento dos objectivos que estiveram na base da sua criação.

É referido o plano integrado da avenida onde se prevê disciplinar a venda ambulante, mas nada em concreto é referido.

UOPG10, um projecto interessante e de grande envergadura, mas sem respostas para a sua concretização, pois tal como é referido ainda não há espaço para o parque de feiras. Continuando a ser empurrado qualquer avanço para 2026.

Em relação à mobilidade foi acolhido “estudar” a proposta da gratuidade dos transportes urbanos, para os maiores de 65 anos, residentes no concelho, mas não há qualquer compromisso para a gratuidade total ser equacionada já no próximo concurso da Onda.

Em relação à água, não há referência à reutilização da água da ETAR, nem verba claramente atribuída para o efeito o que parece inconsistente com o constantemente anunciado e com a capacidade da Etar após as obras.

Aborda-se a sustentabilidade que se pretende para o turismo mas sem concretizar, nomeadamente assumindo que as novas construções vão ser “obrigadas” a incorporar soluções de sustentabilidade da água e energia, também do ponto de vista da sustentabilidade social.

O museu ferroviário, dois anos e meio depois da assinatura do protocolo não há verba atribuída para avançar com o projecto.

Refere-se a criação de um novo equipamento cultural, sem mais detalhes e atribuição de verba.

O orçamento participativo volta a ser empurrado para o futuro, significando isso que não se valoriza esta ferramenta de participação da população, sendo com estas ferramentas que conseguimos aproximar as pessoas e combater os populismos.

Relativamente aos direitos das pessoas com deficiência continuam por cumprir diversas deliberações da Assembleia Municipal, nomeadamente, o Plano de Mobilidade sustentável, a criação do Conselho Municipal da Pessoa com deficiência e os catálogos digitais da Biblioteca e do Museu.

No que diz respeito ao Património Histórico continuam por cumprir as deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal sobre classificação e identificação do nosso Património Histórico.

Pelo atrás exposto e apesar de reconhecer alguma evolução em relação a orçamentos anteriores, consideramos que ainda não é o orçamento que responde em pleno aos problemas do Concelho e que a Câmara poderia ir mais longe, assim houvesse vontade política, e por isso a nossa abstenção.

Lagos, 2 de dezembro de 2024

Os eleitos da CDU

José Manuel Freire e Ana Paula Viana